

POSSIBILIDADES TEÓRICO-
METODOLÓGICAS PARA A PESQUISA
GEOGRÁFICA: O CONCRETO PENSADO E
AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO
GRAMSCIANO

Theoretical-methodological possibilities
for geographic research: the concrete
thought and the contributions of
Gramscian thought

Rodrigo Coutinho Andrade

Doutor em Educação pelo PPGEduc-UFRRJ

Professor do DeGEO-IM/UFRRJ

Professor do PPGEduc-FFP/UERJ

Professor do PPGEduc-UFRRJ

Membro do GTPS-UFRRJ

Membro do GT de Ensino da AGB-Niterói

Resumo:

Objetivamos expor no presente ensaio um breve quadro teórico-metodológico para a pesquisa na ciência geográfica fundada nos contributos do materialismo histórico-dialético, tomando como ferramenta para o exame da realidade concreta parte dos conceitos e categorias do pensamento gramsciano, principalmente o Estado, a hegemonia, e o bloco histórico. Trata-se de uma pesquisa básica de caráter explicativo, que se sustenta pela revisão e análise de parte do referencial bibliográfico no campo de estudo acima discriminado. Como resultado, acredita-se que para a análise do real concreto, no campo das Ciências Sociais e na ciência geográfica, torna-se imprescindível para a atividade intelectual, e para a aproximação do desvelo da realidade, a abstração da mesma contida *pari passu* com os signos, as mediações e as ações que imputam, em um dado contexto sócio-histórico, os sentidos da existência.

Palavras-chave: Método; Totalidade; Estado; Marxismo.

REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA	Niterói (RJ)	Vol. 4, n. 1 jan-jun 2024	e-ISSN: 1980-9018
------------------------------------	--------------	---------------------------	-------------------

Abstract:

In this essay, we aim to expose a brief theoretical-methodological framework for research in geographic science based on the contributions of historical-dialectical materialism, taking as a tool for the examination of concrete reality part of the concepts and categories of Gramscian thought, mainly the State, the hegemony, and the historic block. It is, therefore, basic research of an explanatory nature, which is supported by the review and analysis of part of the bibliographic reference in the field of study described above. As a result, it is believed that for the analysis of the concrete reality, in the field of Social Sciences and in geographic science, it becomes essential for intellectual activity, and for the approximation of the care of reality, the abstraction of the same contained *pari passu* with the signs, mediations and actions that impute, in a given socio-historical context, the meanings of existence.

Keywords: Method; Totality; State; Marxism.

Introdução

O presente ensaio tem como proposição a exposição, mesmo que sintética e contendo limitações cabíveis à magnitude dos estudos históricos sobre a temática, de instrumentos teórico-metodológicos para o exame da realidade calcada nos contributos do materialismo histórico-dialético – com relativa especificidade no pensamento gramsciano. Tal predileção foi motivada tanto pelas vicissitudes que abarcam a pesquisa científica no campo geográfico, indissociável da sistematização de possível forma de análise da realidade *em si*, quanto pela mensuração por meio da experiência pessoal enquanto professor do Ensino Superior, no qual noto – mesmo que a experiência possa obliterar a realidade factual *em si* pelos descaminhos do sensível-aparente – um relativo *vazio* em tais debates e questões ao longo do percurso formativo nos cursos de licenciatura. Neste sentido, objetivamos expor um breve quadro teórico-metodológico para a pesquisa básica fundada nos contributos do materialismo histórico-dialético, tomando como ferramentas analíticas da realidade categorias desenvolvidas pelo intelectual sardo. Trata-se de uma pesquisa básica de caráter explicativo, que se sustenta pela revisão e análise de parte do referencial bibliográfico no campo de estudo acima discriminado.

O concreto, a essência, a dialética e a totalidade.

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (MARX, 2007, p. 257).

Esta assertiva de Marx (2007; 2008) sobre a concepção do concreto tem como um dos fundamentos críticos sua análise da dialética hegeliana, principalmente na crítica filosófica da concepção do/de direito-Estado em Hegel (MARX, 2005), que estipula a realidade como pensamento absorvido *em si* no campo das ideias, ou espírito, gerando a metamorfose do mesmo às predileções da

consciência e a forma de síntese desta deslocadas de "variáveis" do real *em si*. Ou seja, a idealização pura da realidade concreta incluindo o movimento dialético restrito ao ideal e manuseado por este; como por exemplo a concepção de Estado fundado na família e na sociedade civil, no qual Marx (2005) exerce a crítica desta que oblitera a forma política no berço da sociedade capitalista e, portanto, das relações materiais-jurídicas fundadas no arcabouço ideal-liberal ou das muitas determinações que imputam uma lógica para a reprodução social e material. Embora seja inegável a influência do pensamento hegeliano em suas obras, a transição ocorre exatamente na concreção do materialismo para o exame dos fenômenos sociais também em sua concepção sobre o Estado, o jurídico e a sociedade civil – de classes –, no qual sua "anatomia" estaria sob a Economia Política, e não no seio de possíveis veredas intuitivo-especulativas.

Para Marx (2007; 2008) este método, mesmo que fundante do seu pensamento, isolaria em sua forma-conteúdo histórico-geográfica determinadas categorias-conceitos pertinentes para a análise da realidade em sua essência contraditória, como por exemplo o exame do valor de troca sem a consideração da população e sua composição em classes, o "capital sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços, etc." (MARX, 2007, p. 256), ou a própria constituição do Estado sem a dimensão da propriedade, assim como o descarte da/de sua historicidade e de variáveis que instituem um fenômeno para além da aparência – mesmo que seja o elemento intuitivo. Por conseguinte, Marx (2007) considera que cientificamente, para a mediação dos fenômenos e sua realidade material-imaterial, as categorias são de vital importância para a análise do real – sendo elas tomadas como simples ou complexas – além de portarem no movimento de abstração o processo histórico real e sua complexificação ao longo do tempo¹.

¹ Para chegar a essa afirmação, Marx (2007) tomou o trabalho como exemplo, assim como o sistema monetário ao longo da história. Sobre a primeira categoria Marx afirma que é impossível abstrair de modo mais geral o inexistente, somente o que é comum à existência humana e, por conseguinte, produto das relações sociais históricas. Ao mesmo tempo, todas as épocas são determinadas por essas abstrações "do mesmo modo o produto de condições históricas não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites dessas mesmas condições" (MARX, 2007, p. 262).

Para a consciência - e a consciência filosófica é determinada de tal modo que para ela o pensamento que concebe o homem é o homem real, e o mundo concebido é, como tal, o único mundo real -, pois, o movimento das categorias aparece como o verdadeiro ato de produção - que apenas recebe um impulso do exterior - cujo resultado é o mundo, e isso é exato porque a totalidade concreta, como totalidade do pensamento, como uma concreção do pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é a elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo mental, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que o pode fazer, maneira que difere do modo artístico, religioso e prático de se apropriar dele. O objeto concreto permanece em pé antes e depois, em sua independência e fora do cérebro ao mesmo tempo, isto é, o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente (MARX, 2007, p. 257-258).

Marx (2007; 2008) ressalta duas importantes colocações sobre o método científico em relação ao supracitado. A primeira reside na concepção humana da realidade presente na consciência filosófica, na concepção político-ideológica de/do mundo, e em sua abstração, que origina o caminho para o exame da materialidade como concreção do pensamento elaborado pela intuição, assim como pelos conceitos inexoráveis da realidade histórica e seu processo - portanto, toda epiderme conceitual se acama em "sua" ontologia. A segunda colocação destaca que a existência do "objeto" concreto independe do pensamento humano - mesmo que fundado por ele. Resta ao humano se debruçar sobre suas formas de conhecimento-conhecer e atuação-atuar no mundo tanto prática, quanto teoricamente, objetivando a práxis de modo histórico-geográfico em um dado momento histórico das relações sociais de produção - isso não significa o império reinante do estranhamento. Se, obviamente, as duas considerações não ocorrem de modo isolado dos acontecimentos históricos e suas contradições-mediações, os elementos fundantes da análise se reificam - e são reificados - como fenômeno social que não

são observados e analisados de modo isolado da totalidade, mas sim como um momento do todo pertencente que, ao mesmo tempo, reflete o todo.

Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função *dupla*, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo a mais. Esta recíproca conexão e mediação da parte e do todo significam a um só tempo: os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade. Do mesmo modo, o todo de que não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo abstrato e vazio (KOSIK, 1976, p. 40-41 – grifo do autor).

Neste sentido o método para o exame dos fenômenos sociais deve, sob a ótica de Kosik (1976), executar o movimento dialético fundado em concepções distintas e integradas da realidade sob o princípio da totalidade – unidade. Isto tende a se constituir como base do pensamento científico devido à sua abstrata estruturação inicial para análise e verificação do concreto, sem a primazia cerceadora do mesmo, ou seu modo aparente para a consciência². O mesmo tem como metáfora a espiral iniciando pela abstração e pelo relativismo, ou hipótese, sendo concretizada por meio do diálogo entre o todo e as partes – e vice-versa –, do fenômeno para a essência, e da essência para o fenômeno, “da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade” (KOSIK, 1976, p. 41).

² Em Benoit e Antunes (2016, p. 33) o caminho metodológico “deve partir da totalidade como concreto indeterminado (enquanto pressuposto); deste momento deve se caminhar pelo abstrato, expondo detalhadamente as diversas formas particulares da totalidade; no terceiro momento, pouco a pouco, ocorre a superação destas formas abstratas que devem retornar ao concreto reconstruído, então, como determinado”.

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes [...] no pensamento dialético o real é entendido e representado como um todo que não é apenas um conjunto de relações, fatos e processos, mas também a sua criação, estrutura e gênese. Ao todo dialético pertence a criação do todo e a criação da unidade, a unidade das contradições e sua gênese (KOSIK, 1976, p. 42 – grifos do autor).

A dialética não pode entender a totalidade como um todo já feito e formalizado, que determina as partes, porquanto à própria determinação da totalidade pertencem a gênese e o desenvolvimento da totalidade, o que, de um ponto de vista metodológico, comporta a indagação de como nasce a totalidade e quais são as fontes internas do seu desenvolvimento e movimento (KOSIK, 1976, p. 49 – grifos do autor).

Acerca da totalidade partimos do pressuposto de que os fenômenos que determinam a reprodução social da vida material na sociedade burguesa – capital-ista – estão articulados organicamente às relações econômicas, sociais, ideológicas, culturais e políticas estabelecidas no meio social em um processo histórico-dialético, que ocorre em inúmeras escalas – do local ao global – e que, por conseguinte, são fugidias da compreensão por meio da aparência – do imediato. Ao mesmo tempo se recusa a análise do fenômeno pelo caminho de fragmentação pura dos eventos que abarcam a totalidade social, ou por meio da extração pura da parte do todo³. Pelo contrário, acreditamos que o mesmo está articulado a “uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidade de menor complexidade” (PAULO NETTO, 2011, p. 56).

Se a pesquisa geográfica neste campo teórico-metodológico abarca uma totalidade complexa que, por sua primazia, apresenta determinantes e determinações indissociáveis dos elementos do sistema do capital “ontem” e hoje, e que não se esgotam na aparência, ela prescinde da determinação integrada e mediada pelos agentes,

³ Cf. Moreira (2014, p. 22-40).

processos e intencionalidades que regem em si – e para si – os princípios sociometabólicos (MÉSZÁROS, 2011) – incluindo aqui as contradições deste e as mediações específicas em todo momento histórico na sociedade resultante da luta de classes. Todavia, cabe distinguir enquanto vereda teórico-metodológica os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos elementos que podem ser denominados “de conjuntura” (que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais), considerando que os fenômenos de conjuntura dependem, é claro, de movimentos orgânicos; mas seu significado não tem um amplo alcance histórico (GRAMSCI, 2000, p. 45).

No corpo da totalidade, para operar a dinâmica em que se consolida a pesquisa geográfica, entendemos que este movimento-distinção é composto por contradições inerentes, inexoráveis do contexto histórico-geográfico, sem deslocar deste sentido sua ontologia. Deste modo, a análise das contradições do capital se insere na estrutura da totalidade em sua interesalaridade (LACOSTE, 1993)⁴ com as devidas considerações sobre as relações e as determinações histórico-geográficas – o uno do diverso *do uno*. Concebe-se aqui que a análise do objeto residirá no escopo de sua organicidade histórica e espacial de acordo com a dialética movimento-permanência, continuidade-descontinuidade (LEFEBVRE, 1976). Para tal, nos apropriamos das considerações de Kosik (1976) sobre a primazia do conhecimento da realidade que não se perfaz pela leitura do imediato, que ao mesmo tempo existe independente da nossa consciência – e ao mesmo tempo é produto, passado-presente-futuro, humano –, onde o movimento em questão se circunscreve à sua apropriação por meio do pensamento, tomando-a como objeto do conhecimento.

O mesmo se realiza por meio *do/de um détour* para a compreensão do objeto em si, do real-concreto de modo dialético, buscando suas relações internas e as respectivas mediações para o alcance da totalidade – o concreto pensado – como síntese das diversas determinações que formam uma unidade, para consecutivamente minar a *pseudoconcreticidade* emanada na aparência, no discurso e na ideologia.

⁴ Destacamos nesta obra os conceitos de espacialidade diferencial e *aménagement* (LACOSTE, 1993).

A dialética não atinge o conhecimento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma de suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo. O "conceito" e a "abstração", em uma concepção dialética, tem o significado de método que decompõe o todo para reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa (KOSIK, 1976, p. 23).

Sobre as contradições em curso, "remanescentes" do desenvolvimento das forças produtivas materiais e a sua respectiva dimensão imaterial no bojo sistêmico do capital (MARX, 2008), acreditamos que tais desvelam as intencionalidades e determinações para a reprodução social em si, assim como a certeza, em sua historicidade, da própria dissociabilidade entre ciência e política que institui(u) uma lógica para a produção acadêmica, principalmente àquelas que oferecem finalidades instrumentais e pragmáticas para as demandas hegemônico-burguesas resgatando as premissas político-ideológicas positivistas para a análise sociológica (LÖWY, 1987), não descartando o movimento fragmentário e micro-histórico defendido pelo paradigma pós-moderno. Portanto, o papel da contradição enquanto método posiciona-se tanto no sentido político-científico, quanto para a análise da totalidade concreta.

A posição da totalidade, que compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a casualidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese à posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e casuais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade (KOSIK, 1976, p. 33).

Essência-aparência-consciência.

A citação acima se torna, sob este intento, salutar para a leitura sobre a dialética essência-aparência em vista à/da análise da realidade, onde as perspectivas hegemônicas apontam intencionalmente para a ordem da aparência fragmentária como ente real pressupondo o imediato como a face essencial dos eventos históricos - o *presenteísmo*. Isto se ratifica nos estudos das fontes

bibliográficas deslocadas dos determinantes políticos, econômicos e sociológicos destoantes da concepção da/de realidade e seus instituintes de/da mediação, que demandam esforços cognitivos inter-relacionais aos condicionantes históricos e estruturais para compreensão da essência. Para Marx (2008) o mundo no campo do sensório é limitado pela aparência, e a busca de sua essência advém do esforço de abstração para a construção de conceitos mais apurados sobre o real por meio das contradições imanentes do aparente.

Destarte, a estrutura da consciência requer, de acordo com este método para a produção do conhecimento, a resignificação do real diante da interpretação das coisas em sua existência em si, considerado de modo independente da consciência humana. Ou seja, separar os objetos-sujeitos históricos da sua relação puramente prática tendo como horizonte a repolitização da relação entre os homens e com o - no - mundo. Deste modo, recusa-se a leitura da fragmentação instrumental e a-histórica da realidade que materializa o homem prático (VÁZQUEZ, 1977). Portanto, a produção do conhecimento neste campo advém da articulação mediata com a prática, que redefine dialeticamente a teoria dentro da consciência histórico-criadora que condiciona o próprio trabalho destoante do sentido prático no capitalismo tanto outrora, quanto coetaneamente.

Logo, os conceitos e categorias na/da pesquisa se portam como instrumentos de mediação entre o real concreto e as respectivas demandas de abstração do fenômeno, objetivando com isto identificar as contradições em curso no processo de reestruturação do regime de produção capitalista que determina as ações superestruturais, indissociável das finalidades ideológicas criadas para sua consolidação. O que queremos explicitar é, sobretudo, a articulação dos movimentos orgânicos com os de conjuntura no conteúdo do bloco histórico e, neste ínterim, analisar os entes que materializam tais políticas no escopo da totalidade ampla para verificar, sob tais premissas, o desvelo do projeto hegemônico.

O corpo teórico para o exame dos fenômenos sociais se incorpora no princípio da totalidade no sistema capitalista, que é produto histórico e social arraigado enquanto "unidade dialética entre a base e a supra-estrutura" (KOSIK, 1976, p. 44). Acreditamos

que tal opção epistemológica nos ancora às prerrogativas para o (do) exame dos determinantes que desencadeiam a pesquisa geográfica neste sentido, que no pensamento marxista é definido pela própria condição da existência correspondente a um grau determinado do desenvolvimento das forças produtivas.

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2007, p. 45).

Acreditamos que tal caminho analítico tem como fundamento a verificação dos determinantes da sociedade de classes espelhados na recomposição estrutural e superestrutural – da hegemonia burguesa.

O arranjo das mediações – estrutura, superestrutura, bloco histórico e hegemonia em Gramsci.

Para Gramsci (1999) o conceito de estrutura, não diferente de Marx, se refere ao desenvolvimento das forças materiais de produção em um determinado período histórico. Acresce Coutinho (2011, p. 116) que:

[...] A estrutura econômica não é, para Gramsci, a simples esfera da produção de objetos materiais, de coisas, mas é o modo pelo qual os homens estabelecem seu “metabolismo” com a natureza e produzem e reproduzem não só esses objetos materiais, mas sobretudo suas próprias relações sociais globais [...] Gramsci identifica a estrutura econômica com o “conjunto das relações sociais”, ou seja, com a totalidade.

Ademais, segundo Portelli (1977, p. 46), o estudo da estrutura para Gramsci se pautaria nas condições objetivas pretéritas em curso no processo histórico, e não uma fotografia do presente.

O conjunto das forças materiais de produção é o elemento menos variável no desenvolvimento histórico, aquele que, em cada ocasião concreta, pode ser determinado e medido com exatidão matemática, que pode dar lugar, portanto, a observações e critérios de caráter experimental e, conseqüentemente, a reconstrução de um robusto esqueleto do devir histórico. A variabilidade do conjunto das forças materiais de produção e, também ela, mensurável, e é possível estabelecer com certa precisão o momento em que seu desenvolvimento, de quantitativo, torna-se qualitativo. O conjunto das forças materiais de produção e, ao mesmo tempo, uma cristalização de toda a história passada e a base da história presente e futura, e um documento e, ao mesmo tempo, uma força ativa atual de propulsão (GRAMSCI, 1999, p. 161).

Indissociável do conteúdo da estrutura se materializa a superestrutura enquanto reflexo direto das relações sociais de produção que, para Gramsci, se reflete indissociavelmente em duas esferas: “a da sociedade política, que agrupa o aparelho de Estado, e a da sociedade civil” (PORTELLI, 1977, p. 19), onde a primeira seria responsável direta pelas medidas de coerção para a manutenção da hegemonia, não limitados especificamente pela ação violenta-repressiva, mas no condicionamento dos corpos e subjetividades em determinado sistema jurídico-político-institucional. Já a sociedade civil se reificaria como suporte ideológico e material para que a classe dirigente cimente sua concepção de vida, principalmente para a eliminação das velhas ideologias e da coerção, dependendo para tal da atuação dos intelectuais orgânicos-tradicionais e dos aparelhos privados de hegemonia.

O conceito de Estado em Gramsci (2000, pp. 254-255) não se restringe à sua esfera política estrito senso apenas, ou o sentido restrito, sendo entendido “além do aparelho de governo, também o aparelho privado de hegemonia ou sociedade civil” para a superação do Estado *gendarme-guarda noturno* especializado na coerção para a manutenção, no corpo da sociedade total, do consenso ao projeto

hegemônico por meio da ideologia⁵. Portanto, “na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (GRAMSCI, 2000, p. 244) para a superação da força por meio do consenso – criação da vontade coletiva para a finalidade da classe dirigente.

O Estado não é um fim em si mesmo, mas um aparelho, um instrumento; é o representante não de interesses universais, mas particulares; não é uma entidade superposta à sociedade subjacente, mas é condicionado por esta e, portanto, a esta subordinado; não é uma instituição permanente, mas transitória, destinada a desaparecer com a transformação da sociedade que lhe é subjacente (BOBBIO, 1999, p. 47).

Isto ocorreu, e ainda se metamorfoseia atualmente, pela ação conjunta da sociedade política⁶ – reunida no aparelho do Estado – e da sociedade civil⁷ – no mesmo corpo mesmo que indiretamente –, sendo esta a instância de reprodução e consolidação do bloco ideológico.

Como ideologia da classe dirigente, ela abrange todos os ramos da ideologia, da arte à ciência, incluindo a economia, o direito, etc.;- como concepção de mundo, difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente, ela se adapta a todos os grupos;

⁵ Para Gramsci (1999, pp. 99-100) a ideologia é uma concepção do mundo que se manifesta em diversos campos da vida humana com a finalidade, derivada a sua intencionalidade – como o caso da Igreja Católica –, de cimentar o bloco social na lógica reproduzida pela classe dominante, não descartando as reações contrárias. Para tal o papel dos intelectuais é fundamental para o alcance das massas, assim como para a simbiose entre a teoria e a prática.

⁶ A sociedade política “designa precisamente o conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante detém e exerce o monopólio legal ou de fato da violência; trata-se dos aparelhos coercitivos do Estado” (COUTINHO, 1985, p. 60). Ou seja, corresponde à dominação direta jurídica e coerciva “para conformar as massas populares ao tipo de produção e economia de um determinado momento” (PORTELLI, 1977, p. 30).

⁷ Segundo Coutinho (1985, p. 60), a sociedade civil se remete a uma esfera da superestrutura, referente ao “conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão dos valores simbólicos, de ideologias”. Seu aspecto essencial, de acordo com o projeto hegemônico do bloco histórico, seria a estruturação ideológica da classe dirigente.

advém daí seus diferentes graus qualitativos: filosofia, religião, senso comum, folclore, etc.; - como direção ideológica da sociedade, articula-se em três níveis: a ideologia propriamente dita, a "estrutura ideológica" - isto é, as organizações que a criam e difundem -, e o material ideológico, isto é: instrumentos técnicos de difusão da ideologia (sistema escolar, *mass media*, bibliotecas etc.) (PORTELLI, 1977, p. 22 - grifos do autor).

Consecutivamente nos apropriamos do conceito de Estado Ampliado em convergência à teoria elaborada por Gramsci (2000), recusando a leitura do mesmo como restrito. De acordo com Mendonça (2014) e Coutinho (1985) a consideração do último - Estado restrito - seria uma forma de conceituação institucional natural, Estado-sujeito, ou uma "via de mão única", o que provocaria um protagonismo exacerbado de suas ações e equívocos interpretativos no processo de regulação e desenvolvimento sociológico dentro de determinado contexto histórico. Ao mesmo tempo que ratificaríamos de modo equivocado sua independência orgânica para o rearranjo dos determinantes do bloco histórico, ocultaríamos a atuação da sociedade civil no plano consultivo, deliberativo e executório das políticas públicas.

Trata-se então de superar qualquer dicotomia em sua categorização mantendo enquanto premissa a sua funcionalidade e finalidade das "condições de dominação da classe trabalhadora pela burguesia no mundo capitalista" (MENDONÇA, 2014, p. 33) e, portanto, concebendo-o como uma expressão da totalidade social, política e econômica burguesa. Considerando a restauração das bases do regime de acumulação o Estado, em processo de contrarreforma e reestruturação de sua capilaridade e finalidade, atua de modo combinado à base estrutural com o intuito de materializar institucionalmente seus ditames tanto por meio da reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classes através do refino dos métodos coercitivos e consensuais, quanto pelo incremento das condições para a extração da mais-valia⁸ para a reprodução

⁸ "Excedente do valor do produto sobre a soma dos valores dos elementos que o constituíram" (MARK, 2002, p. 249), que constitui um dos pilares para a constituição do lucro, principal objetivo dos proprietários dos meios de produção.

ampliada do capital, incluindo - obviamente - o capital financeiro (MÉSZÁROS, 2011).

No caso dos "regimes democráticos" o conceito de Estado Ampliado é indispensável para a compreensão do conceito de hegemonia.

No sistema hegemônico existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente (GRAMSCI, 2000, p. 287).

A passagem molecular seria a adesão moral e ideológica do homem-massa aos determinantes econômicos sob os princípios da soberania burguesa sobre o Estado, que no "governo moderno nada mais é que um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa" (MARX, 2008, p. 48). O método para tal está na reforma cultural inexorável da reforma econômica. "Mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral" (GRAMSCI, 2000, p. 19).

Se todo Estado tende a criar e a manter um certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será o instrumento para esta finalidade (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) e deve ser elaborado para ficar conforme a tal finalidade [...]. O direito é o aspecto repressivo e negativo de toda atividade positiva de educação cívica desenvolvida pelo Estado (GRAMSCI, 2000, p. 28).

Para que isto se materialize é essencial a coadunação dos entes superestruturais e a atuação dos aparelhos privados de hegemonia⁹ que, segundo Gramsci (2000), consolidam a organicidade inexorável da atuação dos intelectuais orgânicos e tradicionais para a geração

⁹ Segundo Gramsci (1978; 2000), suas ações ocorrem por meio das organizações-associações privadas circunscritas a elaboração e difusão dos valores societários e ético-políticos da burguesia, relacionados à imprensa, partidos políticos, instituições religiosas, etc.

e gestão da coesão-consentimento ao projeto hegemônico, sendo estas criadas pela adesão voluntária dos agentes sociais, formando o bloco ideológico.

O bloco ideológico é fator de hegemonia sob um duplo aspecto, num sistema realmente hegemônico: por um lado em seu próprio seio, na medida em que os representantes da classe dirigente orientem os de outros grupos sociais e sobretudo, por outro lado, a nível do bloco histórico, permitindo à classe dirigente controlar, por intermédio do bloco ideológico, outras camadas sociais (PORTELLI, 1977, p. 67).

Ao longo do processo histórico podemos identificar suas ações por meio das organizações/associações privadas¹⁰ circunscritas a elaboração e difusão dos valores societários e ético-políticos da burguesia relacionados à imprensa, partidos políticos, instituições religiosas, escolas, etc., responsáveis pela cimentação da ideologia da classe dominante para a construção-manutenção do consentimento e do consenso ativo e passivo ao projeto hegemônico.

Para o equilíbrio-manutenção da hegemonia o Estado deve tomar como objetivo primordial a superação de sua forma-monopólio coerção para a garantia da coesão social, contando com a *solidariedade* da classe burguesa e de frações significativas da sociedade civil, principalmente dos seus aparatos ideológicos¹¹. Logo, a hegemonia advém da relação ideológica entre a estrutura e a superestrutura, sendo concebida por Marx, segundo Gruppi (1978, p. 4), como determinada pela primeira e materializada pela segunda pois, para Gramsci (2000), a própria realização de um aparato de direção, diga-se Estado, tem como finalidade a criação do terreno ideológico para a reforma das consciências por meio da imbricação filosofia-política. Portanto, a hegemonia "refere-se por vezes à

¹⁰ O sentido de privado aqui não se refere literalmente às organizações com fins lucrativos, comerciais, etc., mas qualquer associação alocada na sociedade civil.

¹¹ "No modo de produção capitalista, é condição para que as classes dominantes possuam, além de domínio, funções e papeis de direção, num tempo histórico como este de universalização da cidadania, que sua concepção de mundo seja generalizante, fazendo parte inclusive do senso comum das massas. Por definição, o lugar onde se produz esse efeito de generalização são as instituições sociais, em particular as especializadas na vida valorativa, que por isso fazem parte de modo privilegiado da arena onde se confrontam as classes sociais" (GRUPPI, 1978, p. XIV).

capacidade dirigente, enquanto outras vezes pretende referir-se simultaneamente à direção e à dominação" (GRUPPI, 1978, p. 11) por meio da unidade entre a teoria e a ação, da conquista de alianças para fornecer à ideologia dominante uma base social, gerando a organicidade do bloco histórico.

O bloco histórico e as considerações finais.

No pensamento gramsciano a totalidade das relações sociais de produção se traduz no conceito de bloco histórico, "isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos" (GRAMSCI, 2000, p. 26). Este conceito, considerado por Bobbio (1999) e Portelli (1977) como central no pensamento de Antonio Gramsci, designa não um artefato conjuntural, mas orgânico e pertinente à essência hegemônica em sua totalidade; ou seja, "uma situação histórica global, que compreende tanto o elemento estrutural quanto o superestrutural" (BOBBIO, 1999, p. 63). A relação entre a estrutura e a superestrutura seria o fator vital para a materialização da organicidade de uma organização social concreta, tendo como protagonismo o papel dos intelectuais enquanto funcionários da superestrutura – no sentido posto estes seriam os "comissários do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político" (GRAMSCI, 1984, p. 14).

A relação entre esses dois momentos do bloco histórico é uma relação dialética entre dois momentos igualmente determinantes: o momento estrutural, pois ele é a base que engendra diretamente a superestrutura, que no início é apenas o seu reflexo; durante o período considerado, a superestrutura só poderá desenvolver-se e agir entre limites estruturais bem precisos: assim, a estrutura influi constantemente sobre a atividade superestrutural. O momento ético-político desempenha de qualquer modo, em função dessa base, um papel motor. É ele que desenvolve a consciência de classe dos grupos sociais, que os organiza política e ideologicamente; no seio da superestrutura, então, desenrola-se o essencial do movimento histórico e a estrutura torna-se o instrumento da atividade superestrutural. A fraqueza ou importância dessa

última podem, inclusive, limitar a evolução da estrutura, seja mantendo o antigo bloco histórico, seja não superando o nível trade-unionista da correlação de forças (PORTELLI, 1977, p. 56).

Em convergência ao exame de Portelli (1977) sobre as possíveis determinações no seio do bloco histórico, principalmente da estrutura sobre a superestrutura, Bianchi (2007, p. 36) nos alerta em dois sentidos. O primeiro se refere à categorização interpretativa no/do pensamento gramsciano como eminentemente superestrutural dialeticamente determinado pela estrutura, o que seria um equívoco interpretativo em sua concepção. A segunda questão ressaltada pelo autor é a elucubração de Antonio Gramsci ao explicar as bases da crise de 1789 na França, que apesar de viver plena estabilidade econômica vivenciou a ofensiva sobre o Estado Absolutista. Portanto, o conceito de bloco histórico busca analisar a realidade pela unidade diversa e indissociável entre a estrutura e a superestrutura, sendo a primeira determinante sobre a segunda, ou não.

Sob a perspectiva analítica traçada, e após o estabelecimento do quadro teórico-metodológico do presente ensaio com o objetivo de explicitar epistemologicamente as vicissitudes do seu método, concluímos que para a análise crítica dos movimentos do capital em sua face aparente é irremediável sua leitura orgânica instrumentalizada por conceitos e categorias que propiciem a abstração do concreto que "independe de nossa vontade" para vislumbrarmos a práxis. No caso da ciência geográfica, e por razões salutares à sua relevância para a formação humana, pensar o espaço requer objetivamente rever sua aparência por meio do desvelo da essência mediado por conceitos e categorias não inertes-imutáveis, mas em movimento como o mundo-e-a-vida.

Referências

BENOIT, Hector; ANTUNES, Jadir. *O problema da crise capitalista em o capital de Marx*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BIANCHI, Alvaro. Estratégia do contratempo: notas para uma pesquisa sobre o conceito gramsciano de hegemonia. *Cadernos Cemarx*, v. 1, n. 4, 2007.

BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A dualidade de poderes: Estado, revolução e democracia na teoria marxista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

COUTINHO, Carlos Nelson. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do livro, 1984.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: volume 3: Maquiavel, notas sobre o estado e a política*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 3: Maquiavel. Notas sobre o estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 1: Introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LACOSTE, YVES. *A geografia-isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Papyrus, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl. *Crítica à filosofia de direito de Hegel*. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

MARX, Karl. *O capital: crítica de economia política*. Volume III. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Boitempo Editorial, 2015.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. 2014. *Marx e o Marxismo*, v.2, n.2, jan/jul 2014.

MÉSZÁROS, *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREIRA, Ruy. *O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina*. São Paulo: Contexto, 2014.

PAULO NETTO, José. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.